

Inglês como língua franca: explicações e implicações

English as a lingua franca: explanations and implications

Rodrigo Smaha, LOPES (UNIOESTE)¹

Carmen Teresinha, BAUMGARTNER (UNIOESTE)²

RESUMO

O Inglês como Língua Franca (ILF) tem como foco a comunicação em diferentes contextos e é um campo de pesquisa que nos ajuda a refletir sobre a posição que a língua inglesa ocupa no globo e como nós, do círculo em expansão (KACHRU, 1982, 1992), devemos nos posicionar em relação a ela. Nosso objetivo aqui refletir, com base em uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, sobre a Língua Franca, o conceito, seu surgimento e as implicações no ensino e na aprendizagem da língua inglesa, com base em estudiosos da área. Concluímos, pois, que o ILF nos traz uma pedagogia que pressupõe uma prática preocupada em se reposicionar diante de visões monolíticas e monológicas e, assim sendo, a língua inglesa passa a ter identidades multiculturais e características locais, propondo um movimento de ruptura diante de um discurso de língua que perpetue desigualdades.

Palavras-Chave: Inglês, Língua Franca, Ensino, Aprendizagem.

ABSTRACT

English as a Lingua Franca (ILF) focuses on communication in different contexts and it is a field of research that helps us reflect on the position of the English language on the globe, and how we, from the expanding circle (KACHRU, 1982, 1992), must position ourselves in relation to it. Our aim here is to reflect, based on a bibliographical and qualitative research, on the Lingua Franca, the concept, its emergence, and its implications in the English language teaching and learning, based on scholars of the area. We then conclude that ILF brings us a pedagogy that presupposes a practice concerned with repositioning itself in face of monolithic and monological points of view and, thus, the English language starts to have multicultural identities and local characteristics, proposing a rupture movement before a language discourse that perpetuates inequalities.

Keywords: *English, Lingua Franca, Teaching, Learning.*

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel/Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil. PPGL/CCHEL; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5674-7248>; rodrigsmaha@hotmail.com

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Paraná, Brasil. PPGL/CCSA; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2608-2636>; carmen.baumgartner@yahoo.com.br

1. Introdução

Inglês como Língua Franca (doravante ILF) emergiu no cenário mundial há mais de 40 anos, tornou-se um vibrante e produtivo campo de investigação (COGO, 2015). É um campo em desenvolvimento, com um crescente número de publicações e projetos de pesquisa e que, na última década, encontrou seu lugar na Linguística Aplicada (COGO; PITZL, 2014). Entretanto, ainda é pouco conhecido (GIMENEZ et al., 2015). Muitos professores sequer ouviram falar e tantos outros ficam apenas no senso comum, tendo em vista, entre outros fatores, serem céticos e resistentes a mudanças, ou a falta de tempo para reflexão sobre a prática pedagógica, ainda mais com as inúmeras terminologias – que nos bombardeiam – no ensino da língua inglesa, como, por exemplo: Inglês como Segunda Língua (ISL/*ESL*), Inglês como Segunda Língua Estrangeira (ISLE/*ESOL*), Inglês como Língua Estrangeira (ILS/*EFL*), Inglês como Língua Adicional (ILA/*EAL*), Inglês como Língua Nativa (ILN/*ENL*), Inglês como Língua Global (ILG/*EGL*), Inglês como Língua Internacional (ILI/*EIL*), Inglês para Propósitos Específicos (IPE/*ESP*), Inglês Mundial (IM/*WE*) e Ingleses Mundiais (IMs/*WEs*).

Por vezes, a título de exemplo, o conceito Inglês como Língua Internacional (ILI/*EIL*) é usado com o mesmo sentido de Inglês como Língua Franca (ILF/*ELF*). Todavia, pesquisadores têm preferido ILF para se referir ao que tratamos neste artigo, tendo em vista o estreitamento que o primeiro gera, isto é, ILI, “[...] sugere que há uma variedade claramente diferenciada, codificada e unitária chamada inglês internacional, o que, certamente, não é o caso [...]”³ (SEIDLHOFER, 2004, p. 211)⁴. Além do mais, há, sim, diferença. ILF é aprendido/ensinado para fins de comunicação intercultural, em contextos multilíngues, em que pode ou não haver um nativo presente, já ILI é aprendido/ensinado especificamente para comunicação e identificação com falantes nativos (JENKINS, 2009, 2015).

Tal confusão pode ocorrer também entre os termos Inglês como língua estrangeira (ILE) e ILF. Entretanto, como assinala Jordão (2014, p. 19):

[...] o termo ILF tem sido o termo preferencial (em detrimento do ILE), por remeter às discussões sobre os usos, funções e contextos de aprendizagem do inglês no cenário internacional, levando em conta a necessidade de modificar as relações de poder entre os donos da língua inglesa (seus falantes ‘nativos’) e os seus usuários de vários países que não aqueles em que esta língua é usada como primeira língua. [...] ILF traria em seu bojo a insistência dos linguistas em que o inglês usado entre pessoas de diferentes primeiras línguas seja considerado uma língua/variante independente, distinta do inglês como língua materna.

Ressaltamos, porém, que para certos autores (JENKINS; COGO; DEWEY, 2011; SEIDLHOFER, 2011), ao verem no ILF uma maior liberdade no uso da língua e a possibilidade de utilizarmos nossas

³ “[...] *it suggests that there is one clearly distinguishable, codified, and unitary variety called International English, which is certainly not the case [...]*”

⁴ Todas as traduções neste texto foram feitas por nós.

próprias idiossincrasias, o IFL poderia resultar em variantes. Para outros, contudo, (BERNS, 2011 *apud* GIMENEZ et al. 2015; FRIEDRICH; MATSUDA, 2010), ILF não se trata de uma variedade de inglês, mas de uma maneira de usá-lo, isto é, do uso que se faz da língua; faz, referência, pois, às funções que a língua adquire na sociedade, em contextos multilíngues ao redor do globo. Isto posto, “[...] existe uma grande divergência entre linguistas sobre a caracterização do ILF como uma língua ou variante independente.” (HARRIS, 2003; FRIEDRICH & MATSUDA, 2010 *apud* JORDÃO, 2014, p. 20).

Por ora, faremos um breve trabalho de reflexão, com base em uma pesquisa bibliográfica e qualitativa. Consideraremos a Língua Franca, abordaremos o conceito e trataremos do seu surgimento e das implicações no ensino e na aprendizagem da língua inglesa, com base em estudiosos da área – Canagarajah (2013), Cogo (2015), Crystal (2003, 2008), Gimenez (2015), Jenkins (1998, 2000, 2009, 2015, 2016), Jordão (2014), Kachru (1982, 1992), Meierkord (2013), Seidlhofer (2013) –, estabelecendo relações com a prática pedagógica.

Tal discussão é relevante e atual, tendo em vista que a língua inglesa passa a ser obrigatória nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e no ensino médio, e é o ILF o principal norteador dessa área na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil: “[...] o tratamento dado ao componente na BNCC prioriza o foco da função social e política do inglês e, nesse sentido, passa a tratá-la [a língua] em seu status de língua franca. [...]” (BRASIL, 2018, p. 241).

2. Um pouco de história

Na Idade Média, os Árabes do Mediterrâneo chamavam os Europeus de Francos (Franks) – em referência à tribo germânica que ocupou o território hoje conhecido por França. No séc. XII, os comerciantes Francos revitalizaram, após as Cruzadas, o comércio no mar Mediterrâneo e começaram um processo de convergência de línguas – Francês Sulista e Italiano, na maior parte, com elementos do Espanhol, Grego e Árabe –, um pidgin⁵, com o propósito de melhorar a comunicação para os trabalhos ali realizados, e essa nova língua ficou conhecida como Língua Franca (*Frankish Language*) – “Franca” por ser o correspondente lexical em Italiano de “Frankish” –, sendo utilizada até o XIX como a língua do comércio naquela região.

Em 1953, a UNESCO (1953, p. 46) definiu Língua Franca como aquela “[...] que é usada habitualmente por pessoas cujas línguas maternas são diferentes, a fim de facilitar a comunicação entre elas.”⁶. Todavia, é preciso deixar claro que isso não se restringe apenas a uma terceira língua, pois, em alguns casos, um encontro na Argentina entre um australiano e um brasileiro, por exemplo, o inglês seria

⁵ Uma língua pidgin é uma língua franca que não tem falantes nativos. Já línguas crioulas são pidgins que passaram para outra geração, conquistando, assim, falantes nativos.

⁶ “[...] which is used habitually by people whose mother tongues are different in order to facilitate communication between them.”.

a língua nativa do australiano, porém, pelo fato da interação ocorrer em “território neutro” ou como um recurso para comunicação intercultural, o inglês é considerado uma língua franca.

Em outras palavras, embora na sua forma pura, como expõe Jenkins (2009, p. 200-201), interações em ILF signifiquem o idioma sendo usado por não-nativos do círculo em expansão, “A grande maioria dos pesquisadores em ILF tem, hoje, uma visão ampla e incluem todos os usuários de inglês dentro da definição [...]”⁷, ou seja, incluem, também, os falantes do círculo interno e externo, como também aponta Cogo (2015, p. 2), ao complementar a definição de Seidholfer (2011): ILF é “[...] qualquer uso do inglês entre falantes de diferentes línguas maternas [...] e conhecimentos linguísticos-culturais nos três círculos Kachruvianos [...]”⁸.

Cabe deixar claro o que significam os círculos acima mencionados, antes de prosseguirmos com a discussão. O linguista indiano Braj Bihari Kachru (1982, 1992) propôs, para explicar a difusão da língua inglesa pelo globo, o modelo de três círculos concêntricos (*Concentric Circles of English*). Assim, o uso da língua poderia ser dividido em: círculo interno, círculo externo e círculo em expansão. O interno se refere àqueles países em que a língua inglesa é a primeira – e geralmente a única – língua oficial, isto é: Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia; o externo abrange os países que foram colonizados pelo círculo interno, como: Índia, Malásia, Nigéria, África do Sul e Singapura; e o em expansão representa aqueles países que utilizam o inglês para fins comerciais e diplomáticos, como o Brasil, a China, a Grécia, a Arábia Saudita e Israel. Isto posto, reiteramos: os falantes dos três círculos podem participar de interações em inglês como Língua Franca.

Retomando, como exemplos de Língua Franca, temos, então:

O latim, associado à ascensão do Império Romano, [que] se tornou a língua franca da Igreja Católica e de instrução, enquanto o Francês era a língua da diplomacia internacional, embora tenha sido amplamente substituído pelo Inglês. Na África oriental e central, o Swahili serve como língua franca; em muitas partes da África Ocidental, este papel é cumprido pelo Hausa [...]. Usado praticamente em todas as esferas da comunicação internacional, isto é, da política, do comércio, da indústria, da ciência, do entretenimento e da internet, o inglês é hoje a língua franca mais difundida do mundo⁹ (BYRAM; HU, 2013, p. 519).

Hoje, como lemos na citação, devido às imigrações e relações interlíngua, a língua franca (LF) é usada em diversas funções comunicativas, além daquela pretérita voltada aos negócios. Devido a esse uso

⁷ “The vast majority of ELF researchers take a broad rather than a narrow view, and include all English users within the definition [...]”.

⁸ “[...] any use of English among speakers of different first languages’ [...] and linguacultural backgrounds, across all three Kachruvian circles.”.

⁹ “Latin, associated with the rise of the Roman Empire, became the lingua franca of the Catholic Church and learning, while French used to be the language of international diplomacy, although it has largely been replaced by English. In eastern and central Africa, Swahili serves as a lingua franca, in many parts of western Africa, this role is fulfilled by Hausa (Samarin, 1968). Being used in practically all spheres of international communication, i.e. politics, trade, industry, science, entertainment and the world-wide web, English is today the world’s most widespread lingua franca.”.

global e amplo, tem início os estudos voltados à LF, datados na década de 70, porém ainda sem se referir ao Inglês como Língua Franca (ILF), conforme explica Meierkord (2013, p. 2):

A comunicação em Língua Franca na língua inglesa tem sido estudada a partir de muitas perspectivas. O interesse acadêmico pelo uso do inglês como língua franca pode ser rastreado nas décadas de 1970 e 1980, quando se originou dos paradigmas da Linguística Aplicada e dos estudos de comunicação intercultural. Na época, os estudiosos começaram a investigar as interações entre falantes não-nativos de inglês. Os autores tratavam disso como um tipo de comunicação interlíngua, enquanto outros colocaram ênfase em aspectos relacionados à comunicação intercultural [...] Normalmente, naquele tempo, os autores não usavam explicitamente a frase Inglês como Língua Franca.¹⁰

É importante destacar que foi a partir de 1970 que o campo da Linguística Aplicada acompanhou especificações mais explícitas de seu papel como uma disciplina que trata de problemas baseados na linguagem do mundo real e que, embora o foco no ensino de línguas tenha permanecido central na disciplina, tomou em seu domínio subcampos como: aquisição de segunda língua, alfabetização em segunda língua, multilinguismo, direitos linguísticos-minoritários, política e planejamento linguístico, treinamento de professores de línguas (GRABE, 2010), entre outros, que deram lugar à discussão do ILF.

Ademais, é preciso ter em mente que não foram os 400 milhões de falantes nativos que fizeram da língua inglesa uma língua global, mas o poder político, militar e econômico por trás da língua e dos países a ela associados, em especial os Estados Unidos. Ainda, a presença mundial do inglês vem ocorrendo desde o colonialismo do império britânico, o que contribuiu para que a língua fosse oficial em mais de 60 países.

Em pesquisa realizada por Crystal (2003) e Schumacher, White e Zanettini (2002), estimava-se que haveria 1,5 bilhão de falantes de inglês e os que o possuíam como segunda língua (450 milhões) já ultrapassavam, em muito, a quantidade de falantes nativos (350 milhões), sendo que os 700 milhões restantes seriam os falantes de inglês como língua estrangeira. Em 2008, o número já ultrapassava os 2 bilhões: “[...] depois de ler as avaliações mais sofisticadas de David Graddol e outros [pesquisadores], estou disposto a aumentar o valor novamente, agora, na direção de 2 bilhões. Em suma, a população mundial de falantes de Inglês passou [...] de [...] um quarto para um terço.”¹¹ (CRYSTAL, 2008, p. 5).

Além disso, hoje, 75% da comunicação mundial escrita, 80% das informações dos computadores no mundo, 60% dos programas de rádio e 90% do conteúdo da internet estão em inglês (SARWAL, 2007;

¹⁰ “*Lingua franca communication in English has been studied from many perspectives. Scholarly interest in the use of English as a lingua franca can be traced back to the 1970s and 1980s, when it originated from within the paradigms of applied linguistics and intercultural communication studies. At the time, scholars started to investigate interactions taking place between non-native speakers of English. Authors discussed this as a particular type of interlanguage communication, whereas others have placed their emphasis on aspects related to intercultural communication [...]. Typically authors in those days did not explicitly use the phrase English as a lingua franca.*”

¹¹ “[...] *having read the more sophisticated assessments by David Graddol and others, I am prepared to revise upwards again in the direction of 2 billion. In short, we have moved [...] from [...] a quarter to a third of the world’s population being speakers of English.*”

FRASER, 2009) e cerca de 80% da comunicação em língua inglesa não envolve falantes nativos (PRODOMOU, 1997 *apud* TIMMIS, 2002). Isso implica entendermos que o uso da língua se torna desnacionalizado/desterritorializado, ou seja, não está – ou não deveria estar – conectado à valores e presunções da cultura norte-americana ou inglesa. Assim, “Seja nas salas de aula do círculo interno, externo ou em expansão, sensibilizar os alunos para a expansão e diversificação, sem precedentes, da língua inglesa deve ser um dos objetivos de todos os professores [...]”¹² (BAUMGARDNER, 2006, p. 668).

3. IFL e as implicações no ensino e na aprendizagem

A Língua Franca¹³ não é – ou não deveria estar – baseada nas normas linguísticas e socioculturais dos nativos, pois, em princípio, é neutra em relação aos diferentes contextos culturais dos interlocutores, cujas identidades e atitudes não tem de acomodar a cultura anglo-americana ou inglesa. Todavia, como apontou Jordão (2014, p. 35), “[...] apesar de todas as discussões sobre o ILF, esta língua ainda está atrelada a seus usos percebidos como ‘nativos’ e, deste modo, ainda se ancora no círculo interno como referencial normativo e de uso [...]”.

Há, assim, que se chegar a uma base linguística e intercultural comum com o propósito da comunicação, o que pressupõe que a comunicação verbal e não-verbal deve ser acomodada¹⁴ e os falantes nativos devem entender que o fato de serem nativos não os dá direito a se acharem linguística ou culturalmente superiores. Há que haver uma negociação mútua envolvendo esforços e ajustes de todos os lados (JENKINS, 2009; BYRAM; HU, 2013). Como exemplos de ajustes que os falantes podem fazer para tornar a fala mais inteligível (cf. FIELD, 2003, 2005; SMITH, 1992) e apropriada para o interlocutor, Jenkins (2009, p. 201) sugere: “[...] a alternância de código¹⁵, a repetição, ecoar itens que seriam considerados erros¹⁶ no ILN¹⁷, evitar linguagem idiomática local, e a paráfrase [...]”¹⁸.

¹² “*Whether in the Inner-, Outer-, or Expanding-Circle classrooms, students’ sensitivity toward the unprecedented spread and diversification of the English language should be one of all teachers’ goals [...]*”.

¹³ Conforme Cogo (2015), duas são as principais estudiosas responsáveis por dar início às pesquisas em IFL: Jennifer Jenkins, em 2000, com um estudo empírico de fonologia e conceitos relacionados de inteligibilidade e acomodação em contextos internacionais de inglês, e Barbara Seidlhofer, em 2001, que viu a necessidade de mais descrições empíricas da comunicação em ILF, o que culminou no VOICE (*Vienna Oxford International Corpus of English*) – um *corpus* de dados falados de ocorrência natural do ILF.

¹⁴ Acomodação, nesse caso, refere-se à Teoria da Acomodação da Comunicação (*Communication Accommodation Theory*) (TAC/CAT) de Howard Giles, que diz que ao interagir as pessoas ajustam a fala, o padrão vocal e os gestos a fim de acomodar os outros, com o propósito de empatia, uma melhor compreensão, ou ambas.

¹⁵ Alternância de códigos (*code-switching*) se refere a quando um interlocutor alterna entre diferentes línguas, ou variedades linguísticas de um mesmo idioma, durante o discurso, o que é considerado, pois, uma vantagem, afinal, enquanto monolinguismo/mesmice é a exceção, multilinguismo/diferença é a norma mundial (JENKINS, 2016b; CANAGARAJAH, 2013).

¹⁶ Erros são vistos como características potenciais ou emergentes do ILF e não como sinais de incompetência (JENKINS; COGO; DEWEY, 2011).

¹⁷ Inglês como Língua Nativa (ILN) faz parte do círculo interno de Kachru (1982, 1992), ou seja, é o inglês aprendido por aqueles que tem a língua como primeira ou mãe.

¹⁸ “[...] *code-switching, repetition, echoing of items that would be considered errors in ENL, the avoidance of local idiomatic language, and paraphrasing [...]*”.

Tendo em vista todo esse processo que o ILF demanda, ocorre, assim, a descentralização do modelo de falante nativo e da noção de “propriedade do inglês”, ao focar nas situações comunicativas da vida real entre membros de diferentes comunidades. Esse fato pode resultar em mudanças significativas também nas orientações do ensino de inglês. Confirmamos esse aspecto nas palavras de El Kadri (2010, p. 66), que diz que “[...] a orientação do ensino de inglês muda substancialmente: de correto para apropriado, de normas exclusivas do falante nativo para inclusão global e de maneiras igualitárias de falar que satisfaçam as necessidades locais.”

Assim, se estamos ensinando inglês para pessoas que não necessariamente usarão com falantes nativos, o que reflete a maioria dos alunos – ou não? – a questão-chave é flexibilidade. Para tanto,

Os professores precisam ser conscientizados da diversidade do(s) inglês(es) [...] e aprender a reconhecer mal-entendidos induzidos pela cultura e como lidar com eles. Por isso, é essencial na Formação de Professores que as estratégias de comunicação adequadas e os princípios gerais da Competência Intercultural sejam tratados. Exemplos disto incluem a conscientização da dependência do pensamento e comportamento específicos da cultura, o conhecimento de parâmetros gerais como a religião ou o papel dos sexos de acordo com cada cultura que podem ser distinguidos, a sensibilidade interpessoal (a capacidade de compreender uma pessoa em seu próprio direito), flexibilidade cognitiva (a abertura a novas ideias e crenças) e flexibilidade comportamental (capacidade de mudar os padrões de comportamento)¹⁹ (BYRAM; HU, 2013, p. 521).

Isto não implica, todavia, no abandono daquilo que faz parte do terreno linguístico comum à língua inglesa:

[...] A comunicação com falantes nativos continuará, sem dúvida, a ser um grande desafio linguístico e cultural para estudantes estrangeiros de inglês e, devido à falta de um ‘inglês padrão mundial’ [...] algum tipo de padrão lexical e gramatical anglo-americano deve continuar a ser a base linguística da formação de professores de língua inglesa [...]”²⁰ (BYRAM; HU, 2013, p. 521).

Ainda, como aponta Jenkins (2009), “O terreno comum do ILF contém inevitavelmente formas linguísticas que compartilha com a ILN [...], mas também contém formas que diferem do ILN e que surgiram por meio do contato entre falantes de ILF e por meio da influência das línguas maternas dos

¹⁹ “[...] *teachers need to be made aware of the diversity of English(es) [...] and to learn how to recognize culture-induced misunderstandings and how to cope with them. For this reason, it seems essential for Teacher Education that appropriate communication strategies and the general principles of Intercultural Competence should be dealt with. Examples of these include awareness of the culture-specific dependency of thought and behaviour, knowledge of general parameters such as religion or role of the sexes according to each culture can be distinguished, interpersonal sensitivity – the ability to understand a person in his or her own right, cognitive flexibility – openness to new ideas and beliefs, behavioural flexibility – the ability to change one’s behaviour patterns [...]*”.

²⁰ “[...] *communication with native speakers will undoubtedly continue to be a major linguistic and cultural challenge for foreign learners of English and, due to the lack of ‘World Standard English’ [...] some kind of Anglo-American lexical and grammatical standard should remain the linguistic basis of English language teacher education [...]*”.

falantes de ILF no inglês.”²¹, a questão se volta, portanto, a capacidade de ajustar o fala a cada contexto, em vez de, como se pensou por muito tempo, imitar o falante nativo.

Outrossim, conforme Cogo (2015), é esse foco dado à

[...] fluidez e flexibilidade [...] [que] possibilita ir além das descrições estáticas das propriedades linguísticas formais [...]. Isto coloca mais importância nas práticas criativas dos falantes em seus usos de recursos plurilíngues para coconstruir, de forma flexível, seus repertórios comuns, de acordo com as necessidades de suas comunidades e as circunstâncias da interação.²²

E apesar de não haver um padrão para se ensinar inglês como língua franca, algumas questões de pronúncia e cultura/política, por exemplo, devem ter a devida atenção, pois

[...] Devido à imensa quantidade de variação fonética do inglês e à diminuição da influência de padrões pretéritos como a *received pronunciation* [pronúncia padrão do reino unido], é muito mais problemático decidir sobre um padrão unificado de ensino da pronúncia (Jenkins, 1998). Quanto ao que não se refere ao idioma, isto é, ao conteúdo cultural das aulas que ensinam o inglês como língua franca, os tópicos das culturas inglesas nativas desempenham apenas um papel secundário e devem, em grande medida, ser substituídos por tópicos cultura-gerais que representam o uso do inglês globalmente. Em vista da onipresença da política americana e de seu sistema de valores, no entanto, a observação anterior sobre o papel da cultura é mais teórica do que de caráter prático. Embora o uso do inglês como língua mundial seja às vezes considerado como imperialismo linguístico, seria, por outro lado, míope ignorar a função do inglês como meio de comunicação global e seu potencial para a compreensão internacional²³ (BYRAM; HU, 2013, p. 521).

Isso implica que uma abordagem singular ou monolítica não é mais possível. Pesquisas nesse sentido, e com relação ao uso prático da língua, à fonologia, à pragmática e à léxico-gramática, vêm sendo compiladas e um *corpus* construído. Como exemplos práticos de como o ILF interfere no/na ensino/aprendizagem, podemos citar: a) para o júbilo de muitos que estão arduamente tentando pronunciar/ensinar, o ‘th’ – sonoro ou não, /ð/ e /θ/ –, cuja pronúncia correta não interfere em uma

²¹ “ELF’s common ground inevitably contains linguistic forms that it shares with ENL, but it is also contains forms that differ from ENL and that have arisen through contact between ELF speakers, and through the influence of ELF speakers’ first languages on their English.”

²² “[...] fluidity and flexibility [...] makes it possible to go beyond static descriptions of the formal linguistic properties and focus, instead, on practices and processes, such as ‘languaging’ and ‘translanguaging’ [...], which emphasise the multilingual nature of ELF and the language contact situation of most ELF communication. This places more importance on speakers’ creative practices in their use of plurilingual resources to flexibly co-construct their common repertoire in accordance with the needs of their community and the circumstances of the interaction.”

²³ “[...] Due to the immense amount of phonetic variation of English and the waning influence of former standards such as received pronunciation, it is much more problematic to decide on a unified Pronunciation teaching standard (Jenkins, 1998). As far as the non-language, i.e. the cultural, content of the classes teaching English as a lingua franca is concerned, topics of native English cultures play only a minor role and should, to a great extent, be replaced by culture-general topics which account for the use of English globally. In view of the omnipresence of American politics and its value system, however, the preceding remark on the role of culture is more theoretical than practical in character. Although the use of English as a world lingua is sometimes regarded as Linguistic Imperialism, it would be rather narrow-minded, on the other hand, to ignore the function of English as a means of global communication and its potential for international understanding.”

inteligibilidade global; b) a não necessidade de marcar a terceira pessoa do singular no presente simples por meio do acréscimo do ‘s/es/ies’ ao final, tendo em vista que não causa mal entendimento ou problemas de comunicação; e c) a pluralização de substantivos que são considerados incontáveis, por exemplo, *informations, advices, staffs*, etc. (JENKINS, 2000; SEIDLHOFER, 2004).

Percebemos, pois, o desvencilhamento de questões tomadas como essenciais no ensino do idioma, afinal, atire a primeira pedra o professor que ao ensinar o presente simples não dispensou alguns longos minutos para tratar das famigeradas regras de conjugação na terceira pessoa do singular, ou ainda, que ao se deparar com as palavras *the, mother, this, thanks, thing* e *three*, por exemplo, teria fotos semelhantes àquela icônica de Einstein. Gracejos à parte, tais questões, que seriam “[...] ensinadas para a produção e a recepção estão sendo distinguidas das características (‘não-nativas’) que tendem a não causar mal-entendidos e, portanto, não precisam constituir um foco para o ensino de produção para os alunos que pretendem usar o inglês principalmente em ambientes internacionais [...]”²⁴ (SEIDLHOFER, 2004, p. 340).

Dessa forma, como prossegue a autora, ao não dar ênfase em tais questões, haveria mais tempo para trabalhar estratégias de comunicação e conhecimentos mais gerais do idioma, o que pode ser mais proveitoso àqueles que estão com dificuldades para dominar tais pormenores “[...] comunicativamente redundantes ou até contraproducentes em um cenário de língua franca e que podem [...] [ser] aprendidos por meio da experiência subsequente com o idioma [...]”²⁵ (SEIDLHOFER, 2004, p. 340).

Destacamos, porém, como indica Widdowson (2014 *apud* GIMENEZ et al., 2015, p. 600), que tais adaptações não pressupõem uma versão defeituosa do inglês, mas sim diferente, “[...] e, portanto, contrária à visão de privação verbal [...]”, o que aponta para a possibilidade de se comunicar “[...] sem demonstrar conformidade com o padrão [...]”. Inclusive, se o ILF objetiva a comunicação,

Do ponto de vista pedagógico, [...] uma abordagem verdadeiramente centrada no aluno levaria em conta a não conformidade com regras convencionadas para falantes nativos, ou seja, tomaria como foco central o alcance da comunicação e não a aderência a normas pré-estabelecidas em contextos de língua nativa, até porque essa obediência provocaria efeito contrário, ou seja, levaria a uma não comunicação (WIDDOWSON, 2014 *apud* GIMENEZ et al., 2015, p. 601).

Apontamos aqui apenas alguns exemplos, mas, pelo que tudo indica, uma pedagogia do ILF está em construção, pois somente agora o ILF chegou, como aponta Jenkins (2016a), a um ponto de relativa estabilidade. Por ser um campo relativamente novo, os pesquisadores acreditam(vam) que o professor teria que ser o responsável por selecionar aquilo que achava pertinente da teoria e aplicar em sua sala de

²⁴ “[...] *taught for production and reception are being distinguished from the (‘non-native’) features that tend not to cause misunderstandings and thus do not need to constitute a focus for production teaching for those learners who intend to use English mainly in international settings [...]*”

²⁵ “[...] *communicatively redundant or even counter-productive in lingua franca settings, and which may [...] [be] learnable by subsequent experience of the language [...]*”

aula (JENKINS, 2016a), o que se justifica para que não houvesse uma imposição de como os professores deveriam

[...] aplicar resultados do ILF em suas salas de aula (muito menos que eles deveriam aplicá-los em primeiro lugar), [e porque] os próprios pesquisadores ainda estavam no processo de descobrir o que envolve o ILF. Por conseguinte, também teria sido prematuro começar a promover o ILF aos professores (JENKINS, 2016a, p. 1).²⁶

Considerando, contudo, essa estabilidade, quando haverá material disponível para que o ILF chegue ao conhecimento dos professores para que estes possam colocá-lo em prática? Essa é uma das críticas apontadas por Canagarajah (2013, p. 64-67), ao relatar que “[...] o trabalho empírico louvável que motiva a pesquisa de *corpus* em ILF não foi acompanhado por teorias igualmente sofisticadas [...] [e que os pesquisadores de ILF] não fizeram uma transição completa para uma perspectiva baseada na prática [...]”²⁷. Nessa direção, é pertinente nos questionarmos como, considerando a escassez de material, o ILF será abordado nos materiais didáticos da rede pública a partir de 2020.

Como exemplo incipiente desse movimento em prol de uma prática teorizada citamos o livro *International Perspectives on English as a Lingua Franca: Pedagogical Insights*, editado por Hugo Bowles e Alessia Cogo, publicado em 2015, em três volumes, e nos traz, como o título aponta, *insights* pedagógicos.

Na análise desse material, Jenkins (2016a, p. 1-2) esclarece que

Embora os leitores não esperem ver nas páginas desses volumes programas específicos de ensino, planos de aula ou materiais didáticos (e, com certeza, críticos mais literais que tem uma visão limitada da ‘pedagogia’ e/ou definição do ‘ILF’ podem objetar a isto), eles encontrarão orientação abundante para permiti-los considerar como podem começar a se aproximar do ILF em seus próprios contextos de sala de aula a fim de ajudar ou os alunos a se tornarem mais conscientes do papel que têm como alunos de ILF, ou melhor preparar os professores em formação para lidar com o ILF. Esses dois volumes dão, assim, um começo crucial a respeito de uma ‘pedagogia de ILF’.²⁸

Apesar da riqueza do material, sabemos que é algo inacessível para muitos brasileiros. Contudo, assim como objetivou este trabalho, tais avanços no campo da linguagem vão sendo, aos poucos, postos

²⁶ “[...] *apply ELF findings in their classrooms (let alone that they should apply them in the first place), [and because] the researchers themselves were still in the process of discovering what ELF involves. It would therefore also have been premature to start promoting ELF to teachers.*”

²⁶ “[...] *ELF’s ‘commendable*

²⁷ “[...] *ELF’s ‘commendable empirical work that motivates its corpus research hasn’t been matched by equally sophisticated theorizing [...] [and that ELF researchers] have not fully transitioned to a practice-based perspective [...]*”

²⁸ “*Although readers should not expect to see in the pages of these volumes specific teaching curricula, lesson plans, or teaching materials (and admittedly, more literal-minded critics who take a narrow view of ‘pedagogy’ and/or of defining ‘ELF’ might object to this), they will find plentiful guidance to enable them to consider how they might begin approaching ELF in their own classroom contexts so as to help their students become more ELF-aware learners, or their trainee teachers more ELF-effective teachers. These two volumes thus make a crucial start in respect of a ‘pedagogy of ELF’.*”

ao alcance do público, leigo ou não. Ainda, como Gimenez et al. (2015) nos esclarece, embora o campo do ILF englobe, principalmente,

[...] pesquisadores baseados em sua maioria na Europa, o interesse pela área em diversos países tem crescido. No Brasil, por exemplo, alguns pesquisadores já fazem parte da ELF ReN²⁹, entre eles, os autores deste texto que também estão vinculados à Rede Brasileira de Estudos sobre Inglês como Língua Franca (cadastrada no CNPq), grupo de pesquisa certificado que tem como objetivo construir entendimentos sobre essas formas de comunicação em inglês e suas implicações educacionais no contexto brasileiro, dialogando, principalmente, com aquelas realidades em que o inglês é estudado e aprendido como língua estrangeira (ILE).

Vemos, portanto, que estudos estão sendo feitos e que o inglês como língua franca tem seu lugar de relevância, inclusive no cenário brasileiro. Quiçá, poderemos, em breve, ir além da reflexão e começarmos um trabalho de interação³⁰, principalmente com aqueles que estão fora dos centros de pesquisa e do ensino superior.

Considerações finais

Neste artigo objetivamos apontar a tendência de a língua inglesa ser utilizada em situações envolvendo falantes de diferentes línguas maternas, e não exclusivamente em interações que tenham como interlocutores os falantes nativos, sendo, pois, considerada uma língua franca. Vimos que o inglês como língua franca é um campo de pesquisa em desenvolvimento e com discussões incipientes que nos ajudam a refletir sobre a posição que língua inglesa ocupa no globo e como nós, do círculo em expansão, podemos/devemos nos posicionar em relação a ela.

Nessa lógica, ao usar o ILF, compreendemos que a língua passa a ter identidades multiculturais e características locais. Além disto, com o propósito da comunicação em diferentes contextos – apesar de o ensino continuar, em boa parte, atrelado à necessidade de conformidade a regras de falantes nativos –, o ILF nos traz uma pedagogia que pressupõe uma prática preocupada em se reposicionar diante de visões monolíticas e monológicas, isto é, propõe um movimento de enfrentamento/ruptura diante de um discurso de língua que perpetue desigualdades. Assim, em vez de aceitarmos um rótulo de deficiência ou de não-nativo, propõe-nos a sermos agentes reflexivos e críticos da mudança linguística diante das ideologias monolíngues dominantes.

Aguardamos, agora, considerando tanto a falta de materiais que envolvem o IFL na prática como as mudanças trazidas pela BNCC e a obrigatoriedade do ensino língua inglesa norteado pelo ILF, para ver

²⁹ *English as Lingua Franca Research Network* (Rede de Pesquisa sobre o Inglês com Língua Franca).

³⁰ Cf. Rajagopalan (2003), em que o autor trata da necessidade de interação, para além da divulgação dos avanços no campo da linguagem.

como os materiais didáticos da rede pública de ensino, a partir de 2020, abordarão o ensino e a aprendizagem da língua inglesa, bem como os professores lidarão com o ILF em suas salas de aula.

Referências Bibliográficas

- BAUMGARDNER, R. J. 2006. Teaching world Englishes. In: KACHRU, Braj et al. (Org.) The handbook of World Englishes. Oxford: Blackwell Publishing. pp. 661-679.
- BRASIL. 2018. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC.
- BYRAM, M; HU, A. (Ed.). 2013. Routledge Encyclopedia of Language teaching and learning. 2a. ed. London: Routledge.
- CANAGARAJAH, S. 2013. Translingual practice: global Englishes and Cosmopolitan relations. New York, NY: Routledge.
- COGO, A. 2015. English as a Lingua Franca: Descriptions, Domains and Applications. In: BOWLES, H.; COGO, A. 2015. International perspectives on English as a lingua franca: pedagogical insights. London: Macmillan.
- COGO, A.; PITZL, M. L. 2014. ELF Ren. ELF, [S.l.]. Disponível em: <http://www.english-lingua-franca.org/about/elf-ren>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- CRYSTAL, D. 2003. English as a global language. New York: Cambridge University Press.
- CRYSTAL, D. 2008. Two thousand million? English Today, [S.l.], 24.1: 3-6.
- EL KADRI, M. 2010. Inglês como língua franca: um olhar sobre programas disciplinares de um curso de formação inicial de professores de inglês. Entretextos, Londrina, 10.2: 64-91.
- FIELD, J. 2003. The fuzzy notion of ‘intelligibility’: a headache for pronunciation teachers and oral testers. IATEFL Special Interest Groups Newsletter.
- FIELD, J. 2005. Intelligibility and the listener: the role of lexical stress. TESOL Quarterly, 39: 399-423.
- FRIEDRICH, P.; MATSUDA, A. 2010. When Five Words Are Not Enough: a conceptual and terminological discussion of English as a lingua franca. International Multilingual Research Journal, v. 4, n. 1, p. 20-30.
- GIMENEZ, T. 2015. et al. Inglês como língua franca: desenvolvimentos recentes. RBLA, 15.3: 593-619. Belo Horizonte.
- GRABE, William. 2010. Applied Linguistics: a twenty-first-century discipline. In: KAPLAN, R. B. 2010. The Oxford Handbook of Applied Linguistics. 2a. ed. Oxford University Press.
- JENKINS, J. 1998. Which pronunciation norms and model for English as an International Language. ELT journal, 52.2: 119-126. Oxford University Press
- JENKINS, J. 2000. The Phonology of English as an International Language. Oxford: Oxford University Press.
- JENKINS, J. 2009. English as a lingua franca: interpretations and attitudes. World Englishes, 28.2: 200–207.
- JENKINS, J. 2015. Repositioning English and multilingualism in English as a Lingua Franca. Englishes in Practice, 2.3:49-85.
- JENKINS, J. 2016a. Review of International Perspectives on English as a Lingua Franca: pedagogical insights, by H. Bowles and A. Cogo (Ed.). ELT Journal, pp. 1-16.
- JENKINS, J. 2016b. An introduction to English as a Lingua Franca: ELFpron speaks to Professor Jennifer Jenkins. 6’16”. Youtube, [S.l.], 20 dez 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZvWCqvxK9Hg>. Acesso em: 19 abr. 2018.

- JENKINS, J.; COGO, A.; DEWEY, M. 2011. Review of developments in research into English as a lingua franca. *Language Teaching*, 44.3: 281-315. Cambridge University Press.
- KACHRU, B. B. (Ed.). 1982. *The other tongue: English across cultures*. Urbana, IL: University of Illinois Press,
- KACHRU, B. B. 1992. World Englishes: Approaches, issues and resources. *Language Teaching*, 25: 1-14. [S.1.].
- LEFFA, V. J. 2002. Teaching English as a multinational language. *The Linguistic Association of Korea Journal*, 10.1: 29-53. Seoul, Korea.
- MEIERKORD, C. 2013. English as a Lingua Franca. In: CHAPELLE, C. A. (Ed.). 2013. *The encyclopedia of Applied Linguistics*. Blackwell Publishing Ltd.
- RAJAGOPALAN, K. 2003. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial.
- ROCHA, C. H.; MACIEL, R. F. 2015. Ensino de língua estrangeira como prática translíngua: articulações com teorizações bakhtiniana. *D.E.L.T.A.*, 31.2: 411-445. São Paulo.
- SARWAL, A. 2007. Principles and methodologies of a global language teaching program – a proposal. In: KASSABGY, N.; ELSHIMI, A. 2007. *Sustaining Excellence in ‘communication across the Curriculum’*: Cross-Institutional Experiences and Best Practises. UK: Cambridge Scholars Publishing. pp. 128-146.
- SCHUMACHER, C.; WHITE, P.; ZANETTINI, M. 2002. *Guia de pronúncia do inglês para brasileiros: soluções práticas para falar com clareza*. Rio de Janeiro: Campus.
- SEIDLHOFER, B. 2001. Closing a conceptual gap: the case for a description of English as a Lingua Franca. *International Journal of Applied Linguistics*, 11.2: 133-158.
- SEIDLHOFER, B. 2004. Research perspectives on teaching English as a lingua franca. *Annual Review of Applied Linguistics*, 24: 209–239. USA, Cambridge: Cambridge University Press.
- SEIDLHOFER, B. 2005. English as a lingua franca. *ELT Journal*, 59.4: 339-341. Oxford University Press.
- SEIDLHOFER, B. 2011. *Understanding English as a Lingua Franca*. Oxford: Oxford University Press.
- SMITH, L. E. 1992. Spread of English and issues of intelligibility. In: KACHRU, B. B. (Ed.). 1992. *The other tongue: English across cultures* Urbana: University of Illinois Press. pp. 27-47.
- TIMMIS, I. 2002. Native-speaker norms and International English: a classroom view. *ELT Journal*, 56.3: 240-249. Oxford University Press.
- UNESCO. 1953. *The use of vernacular languages in education. Monographs on fundamental education – VIII*. Paris: UNESCO.

Rodrigo Smaha Lopes is a doctoral student from the Postgraduate *Stricto Sensu* Program in Language (PPGL) at UNIOESTE/Cascavel, and a Substitute Professor at the Graduate Program in Letters at UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon. Email: rodrigasmaha@hotmail.com

Carmen Terezinha Baumgartner holds a Ph.D. in Language Studies from the State University of Londrina – UEL. Associate Professor at the Western Paraná State University - UNIOESTE, at the Graduate Program in Letters, the Postgraduate *Stricto Sensu* Program in Letters, and the Professional Master's Program in Letters/PROFLETRAS. Email: carmen.baumgartner@yahoo.com.br